

Ferreira, Rogério Vicente; **Amado**, Rosane de Sá; **Cristino**, Beatriz Protti (orgs.) (2014). *Português indígena*: novas reflexões. Munique: LINCOM EUROPA. Pp. 146. ISBN 978-3-86288-568-8.

Resenhado por Rodrigo Mesquita; Adriane Melo de Castro Menezes
(CCLA/NUHSA-UFRR)

O livro organizado por Rogério Vicente Ferreira,¹ Rosane de Sá Amado² e Beatriz Protti Cristino³ é composto por oito capítulos e tem como eixo estudos relacionados às peculiaridades do contato linguístico e sociocultural de populações indígenas brasileiras envolvendo a língua portuguesa.

Na apresentação, Caroline Pereira de Oliveira⁴ ressalta a importância da obra ao proporcionar aos leitores uma noção da complexidade e diversidade dos estudos sobre o português falado por povos indígenas no Brasil e por abordar um assunto ainda pouco discutido no âmbito da linguística indígena e dos estudos vinculados à língua portuguesa. Como destaca Oliveira, todos os textos são inéditos e abarcam desde a descrição e análise de peculiaridades das variedades étnicas e fenômenos linguísticos oriundos do contato até reflexões sobre o processo de ensino/aprendizagem do português e das línguas indígenas em situações particulares.

A seguir apresenta-se uma descrição sucinta de cada capítulo que compõe o livro.

O primeiro capítulo, intitulado “A inserção do português no discurso dos Dâw: um estudo sobre as influências linguísticas das relações de contato entre português e Dâw” (pp. 6-13), de autoria de Valteir Martins,⁵ traz uma análise dos diferentes processos fonológicos pelos quais passam os empréstimos linguísticos do português para a língua Dâw, pertencente à família linguística Maku Oriental. Ao observar a intensificação do contato com a língua portuguesa, o autor compara os recursos empregados há mais de trinta anos para a ampliação lexical com os processos mais atuais, observados em materiais didáticos na língua Dâw elaborados para o ensino da língua na escola da comunidade.

Como destaca Martins, as palavras emprestadas sofriam, num momento anterior, rigorosas adaptações para se ajustarem ao sistema fonológico da língua. Mostra que sons não existentes na fonologia Dâw, tais como as fricativas bilabiais sonora /v/ e surda /f/ e a vibrante simples sonora /r/ são adaptados aos sons mais próximos na língua Dâw, respectivamente, /b/, /p/ e /l/. Além disso, as palavras passam por apagamentos para que tenham somente uma sílaba, com tons, e terminem em consoante ou vogal longa. O menor contato com o português, conforme a análise, atribuída aos sons da língua estrangeira uma configuração ilícita na língua receptora por não serem identificados pelos falantes/ouvintes desta língua, o que já não é uma realidade nos tempos atuais, devido à intensificação do contato e, conseqüentemente, maior utilização da língua portuguesa. O autor conclui demonstrando que os empréstimos recentes apresentam mudanças nas regras de nativização, já que aos indígenas é facultado o reconhecimento de sons e estruturas antes obscuras.

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campo Grande – MS.

² Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

³ Departamento de Letras Vernáculas (Setor de Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora-colaboradora do Setor de Linguística do Museu Nacional-UFRJ.

⁴ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campo Grande – MS.

⁵ Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Em “O português como segunda língua dos Dâw: um estudo entre a oralidade e a escrita padrão da escola” (pp. 14-28), Silvana Andrade Martins apresenta com maior riqueza de detalhes os aspectos sociolinguísticos e culturais da comunidade dos Dâw. Martins situa o povo indígena numa região pluricultural e plurilíngue do Alto Rio Negro, nos arredores de São Gabriel da Cachoeira, para chamar a atenção quanto à crescente demanda da língua portuguesa, adquirida como segunda língua, principalmente no âmbito da escola.

Levando em consideração esse cenário complexo, a autora analisa, na perspectiva da sociolinguística variacionista e do funcionalismo linguístico, a variedade do português utilizada por jovens alunos Dâw no contexto da escola bilíngue. O estudo mostra a influência das estruturas gramaticais da língua Dâw em textos de atividades escolares escritos em português. Alguns exemplos são as marcações de gênero e número, uso de preposições, assim como a utilização e concordância de determinantes.

Para Martins, que considera “como parâmetros a(s) norma(s) culta(s) da língua [portuguesa]” (p. 20), alguns fatores ainda devem ser considerados para justificar “soluções equivocadas” (p. 23) ou “desvios” (p. 26) dos alunos, tais como “metodologias de ensino de L2 que pouco contribuem nesse processo de aprendizagem” e “questões mal formuladas [que] dificultam a compreensão do processo morfossintático do português” (p. 23). O estudo enfatiza que os textos, mesmo em português, refletem particularidades da cultura do Alto Rio Negro e, portanto, a utilização da segunda língua não suprime a expressividade da cultura e da visão étnica na compreensão da realidade pelos estudantes Dâw.

Valéria Faria Cardoso-Carvalho⁶ é autora do capítulo “O português de contato dos Kaiowá (Guarani)” (pp. 29-51), que analisa aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos, lexicais e semânticos da variedade do português utilizado por indígenas Kaiowá, um dos três grandes grupos Guarani e que vivem em comunidades no estado do Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira com o Paraguai.

Para dar suporte às análises, Cardoso-Carvalho faz uma breve contextualização sócio-histórica do contato dos Kaiowá, dos aspectos sociolinguísticos com ênfase nos contextos de uso das línguas (português, kaiowá, jopara e castelhano) e apresenta uma descrição concisa da gramática Kaiowá (família Tupi-Guarani, tronco Tupi). A partir da descrição da ordem dos constituintes, a autora argumenta em favor de uma mudança na ordem SOV para SVO na língua Kaiowá, caracterizando, portanto, uma interinfluência em relação ao contato com o português.

Ademais, as características do “português de contato” Kaiowá inclui processos como a simplificação da estrutura silábica (com acomodação ao padrão silábico da língua indígena), alternância entre fonemas (/l/ e /r/), nasalização de oclusivas (mb, nd, ng e ngu), neutralização entre 1ª e 3ª pessoas verbais, variação na concordância de gênero e número no SN, variação no uso de preposições e artigos, justaposição de genitivos, além de empréstimos de conteúdo semântico.

⁶ Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Tecnológicas da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Em “Aspectos gramaticais do code-switching em Akwê-Xerente/Português” (pp. 52-71), Rodrigo Mesquita⁷ utiliza o modelo teórico *Matrix Language Frame* da linguista estadunidense Carol Myers-Scotton (1993, 2002) para descrever e analisar, dentro do quadro sociolinguístico da língua Akwê-Xerente (família Jê, tronco Macro-Jê), os aspectos gramaticais do fenômeno conhecido como *code-switching* (CS). O uso alternado entre o português e o Xerente em uma mesma situação conversacional, proporcionado pela característica bilíngue da maior parte da população indígena e pelo contato cada vez mais intenso com a sociedade dominante em um contexto de conflito diglótico, é analisado com relação ao processo de obsolescência pelo qual a língua vem passando.

O estudo mostra, baseado em dados coletados em ambiente natural e seguindo os pressupostos da etnografia da comunicação, que há variedade quanto à tipologia de *code-switching* e que, apesar da grande incidência do fenômeno na amostra (escolhida propositalmente de acordo com variáveis extralinguísticas com maior probabilidade de ocorrência de *code-switching* – jovens escolarizados que tratam de temas sobre educação escolar indígena), a língua Xerente, na maioria dos casos, fornece o quadro morfossintático no qual os termos do português são encaixados, exercendo assim o papel de língua matriz no discurso bilíngue dos falantes indígenas. Embora os exemplos em que o português funciona como a língua matriz sejam mais escassos, o autor atenta para a possibilidade de haver fatores sociopolíticos operando e a necessidade de monitorá-los, uma vez que a regra sociolinguística dos Akwê aponta para o uso exclusivo da língua nativa entre os indígenas.

Em suas considerações finais, Mesquita afirma que a análise das relações gramaticais entre as duas línguas pode fornecer indícios sobre a ameaça quanto à vitalidade da língua Xerente, já previamente apontada em outros estudos e que a pesquisa, de uma forma geral, “além da contribuição à ciência linguística, tem seus resultados refletidos juntamente à sociedade envolvida, colaborando assim para a educação escolar indígena” (p. 70).

Antônio Almir Silva Gomes,⁸ no artigo “O ensino (argumentativo) de PLA nas escolas indígenas do estado do Amapá e norte do Pará” (pp. 72-92) discute aspectos próprios do ensino de português brasileiro (PB) como língua adicional (PLA) em escolas indígenas desta região de fronteira, considerando as práticas de ensino em curso. O autor organizou o trabalho em três seções que distintamente apresentam: a perspectiva dos programas oficiais de ensino de PLA; as práticas de PLA e, por fim, sua proposição de um modelo de ensino de PLA que possa respeitar tanto a língua quanto as culturas e identidades envolvidas nestes processos e baseado no uso de textos num viés de práticas comunicativas.

Com base na análise de dados obtidos nos programas de ensino oficiais, determinados pelas Secretarias Estaduais de Educação do Amapá e Pará (SEEDs), em relatórios de estágio supervisionado,⁹ em Projetos Político-Pedagógicos (produzidos por docentes de diferentes povos), e dois volumes de livros didáticos de PB – português brasileiro –, o autor aponta que o ensino ministrado nas escolas indígenas não se difere muito do que ocorre em muitas escolas não indígenas, ou seja, um ensino de PB voltado para aspectos descritivos da gramática, enfatizando aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos e semânticos. Fechando suas considerações sobre os dados, propõe reflexões sobre a diversidade temática e as perspectivas a serem adotadas na abordagem dos temas e realidades (locais e nacionais) nos livros adotados por escolas indígenas.

⁷ Professor Doutor no Centro de Comunicação, Letras e Artes da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

⁸ Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá.

⁹ Disciplina de Códigos e linguagens da Licenciatura Intercultural Indígena-AM (turma 2007).

Como proposta de trabalho, o autor defende uma modalidade de ensino intercultural, como processo de empoderamento dos sujeitos e que deve priorizar um amplo conjunto de temas e gêneros textuais como estratégia para um processo de ensino e aprendizagem no qual os alunos são compreendidos como sujeitos sociais, culturais e historicamente situados. Em suas considerações finais, Gomes argumenta que o trabalho com textos deve habilitá-los à produção textual, argumentação, obtenção de informações sobre a realidade que os cercam, enquanto a escolha dos gêneros deve ocorrer a partir das referências culturais de cada povo.

Em seu texto “Ocorrências e recorrências de alternância de código entre Parkatêjê e Português”, pp. 93-115, as autoras Marília Ferreira¹⁰ e Cinthia Neves¹¹ discorrem sobre as peculiaridades do discurso bilíngue envolvendo a língua Parkatêjê (família Jê) e o português em narrativas orais do povo indígena que habita o sudoeste do Pará. Como relatam as autoras, a intensificação do contato com os não indígenas resultou, entre outras consequências, no crescente desuso da língua indígena em detrimento do avanço do português, além de mudanças na estrutura do Parkatêjê e mesmo a alternância de uso entre ambas.

Com suporte do conhecido modelo de Shana Poplack (1981) para análise de alternância de código, Ferreira e Neves demonstram que os dados do code-switching Parkatêjê/Português sustentam as restrições gramaticais propostas pelo modelo teórico. Além disso, analisam as sistematicidades da alternância em configurações diversas, tais como entre sentenças completas e combinadas, como estratégia discursiva para repetir o que foi proferido anteriormente na outra língua e ainda dentro dos constituintes. Nesse último caso, exemplifica inserções de nomes, verbos transitivos e intransitivos, advérbios e conjunções. As autoras concluem que a maior frequência de alternância envolve a classe dos nomes, concordando mais uma vez com Poplack. A validade universal do modelo proposto é reiterada pelos dados da alternância entre o Parkatêjê e o português nas narrativas analisadas neste capítulo.

No trabalho “Uma reflexão sobre referenciação em textos escritos em língua portuguesa por alunos indígenas da Comunidade Terena de Miranda – MS” (pp. 116-129) os autores José Amorim da Silva,¹² Rogério Vicente Ferreira¹³ e Caroline Pereira de Oliveira¹⁴ discutem sobre referenciação em textos escritos em Língua Portuguesa como segunda língua (L₂). Fundamentados em teorias da linguística textual e da sociolinguística, eles buscam compreender a questão de pesquisa considerando tanto os fatores de contato entre as línguas como fatores extralinguísticos tais como os geográficos, históricos e socioculturais. No artigo são analisados dois textos, escolhidos dentre noventa e sete obtidos junto a alunos de 8º e 9º anos do ensino fundamental e também do ensino médio, nos quais encontraram repetições, recategorizações do referente, uso de catáfora, de expressões nominais definidas e indefinidas.

¹⁰ Professora Doutora da Universidade Federal do Pará.

¹¹ Doutoranda na Universidade Federal do Pará.

¹² Professor Mestre da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

¹³ Professor Doutor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

¹⁴ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutoranda em Linguística da Universidade Estadual de Campinas.

Sobre os resultados, as análises estão organizadas em duas categorias: anáfora pronominal e expressões nominais e pronominalização. Na primeira, identificaram situações em que os pronomes serviram para marcar a relação e importância entre a aluna e a pessoa referenciada no texto; noutras tiveram função anafórica e, majoritariamente, como “repetição pronominal propriamente dita” (p. 121), não por mera repetição, mas para dar conectividade às partes do texto. Destacam que a anáfora pronominal é característica de textos falados, embora seja observada com frequência em textos escritos, fato que pode ser relacionado a elementos culturais e ideológicos próprios de cada povo.

Sobre o uso de expressões nominais e da pronominalização, a segunda categoria analisada, afirmam que também são recursos mais apropriados à construção de textos orais e que, ao serem utilizados nos textos escritos, remetem a uma transferência de hábitos de fala para a escrita, cujas normas e estrutura são diferentes. Os autores apontam ainda que se trata de recursos referenciais que cumprem funções importantes na tessitura textual. Na análise do segundo texto, eles destacam que as expressões nominais e a pronominalização se mostram importantes para que a autora possa apresentar novas informações, trazendo predicativos sobre o referente, o que torna o texto mais coeso e informativo. Em suas conclusões, Silva, Ferreira e Oliveira ressaltam a flexibilidade da língua e das linguagens em seus usos sociais, particularmente da comunidade Terena, como forma de ocuparem os espaços sociais mais amplos e que, sobretudo, as ocorrências observadas nas produções remetem às influências e os modos de contato entre a L_1 (língua terena) e a L_2 .

No último capítulo, “Uma breve reflexão da aquisição da língua ancestral como segunda língua: entre as falas em português e guarani” (pp. 130-141), Patrícia Regina Vannetti Veiga¹⁵ apresenta reflexões sobre o processo de aquisição de segunda língua (L_2) de Áurea, uma criança Guarani-Mbyá que tem o português como primeira língua (L_1) e está vivenciando a aquisição da língua nativa de sua nação. A autora obteve os dados em observação e interação com a criança e com a mãe. Veiga explica que o pai de Áurea tem o guarani como L_1 e o português como L_2 , enquanto a mãe, apesar de ter nascido e crescido na aldeia Guarani do Jaraguá, fala apenas o português. Relata que a mãe, determinada a tornar a filha uma falante da língua ancestral, mobilizou, inclusive, a mudança da família para Tenondé Porã, onde todos falam o guarani, diferente de Jaraguá, onde a língua guarani já não é mais falada cotidianamente.

Segundo a autora, todo este processo (mudança e estímulo de aquisição de L_2 para Áurea) esteve diretamente ligado à visão da mãe sobre o significado da língua Guarani para seu povo, que além de ser fundamental à constituição de sua identidade étnica, está relacionada culturalmente a uma dimensão espiritual e é determinante para o pertencimento dos indivíduos ao grupo (coletividade Guarani). Em seus dados, a autora aponta que o Guarani está ampliando seu espaço no universo linguístico de Áurea, sob a forma de “fenômenos de transferência entre línguas”, observados tanto fonologicamente – no processamento sonoro, como elemento orientador da organização da fala – quanto na atividade gramatical (organização e ordenamento das palavras na fala).

¹⁵ Pedagoga e antropóloga, mestranda em linguística na Universidade Estadual de Campinas.

Por fim, Veiga ressalta que Áurea está em processo de aquisição de L₂, construindo significados, conceitos e num movimento crescente de aumento do seu vocabulário Guarani. Ela acrescenta ainda, neste caso particularmente, que a relação entre as experiências de aquisição e a língua Guarani estão cercadas de significados culturais e identitários, que gradativamente vão consolidando sua identidade indígena como uma Guarani-Mbyá. Mesmo o processo ocorrendo de modo espontâneo (ela ainda não frequenta a escola), em imersão no grupo da língua alvo, a autora pontua que o desejo e as expectativas da mãe em torná-la falante do Guarani proporciona um contexto estimulante e favorável ao seu aprendizado e tem levado Áurea a um movimento de mudança na relação e uso social da L₂.

Com a proposta de suprir uma lacuna nos estudos relacionados às variedades da língua portuguesa faladas por povos indígenas brasileiros e fenômenos resultantes desse contato, “*Português Indígena: novas reflexões*” se constitui como uma importante contribuição para estudantes e demais estudiosos envolvidos nessa área. A obra também oferece suporte ao trabalho de professores e professoras indígenas e não indígenas envolvidos com o ensino de língua portuguesa como língua adicional em escolas indígenas espalhadas por todo o país. A explanação da diversidade e complexidade de contextos onde a língua portuguesa é veiculada pode ser considerada um ponto forte de um livro que pretende chamar a atenção para cenários ainda pouco explorados por pesquisadores de línguas ameríndias e pela comunidade linguística em geral.

Referências bibliográficas

- Myers-Scotton, Carol (1993). *Duelling languages: Grammatical structure in code-switching*. Oxford: Oxford University Press.
- Myers-Scotton, Carol (2002). *Contact linguistics: Bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press.
- Poplack, Shana (1981). Syntactic structure and social function of code-switching. In Richard D. Duran (ed.), *Latino language and communicative behavior*, pp. 169-184. New Jersey: Ablex Publishing Corp.

Recebido: 11/6/2016

Versão corrigida: 14/6/2016

Aceito: 30/8/2016